

DIÁLOGOS DE GÊNERO E A EDUCAÇÃO COMPARTILHADA ENTRE FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Noeli Aparecida Fernandes

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, noeli.fernandes@
unifesp.br*

Daniela Finco

*Professora associada do Departamento de Educação da Universidade
Federal de São Paulo – UNIFESP, dfinco@unifesp.br*

Resumo

Este trabalho aborda as questões de gênero presentes nas relações entre a instituição de Educação Infantil e as famílias. Apresenta a análise de documentos e resultados de entrevistas semiestruturadas com docentes e famílias, procurando compreender suas motivações, atitudes, valores e crenças. Tem como referencial teórico Estudos de Gênero e da Sociologia da Infância, que problematizam como as desigualdades sociais em relação às questões de gênero começam desde idades precoces, no ambiente familiar, refletindo-se em seus percursos de vida e nas instituições educacionais. Os resultados revelam que os conflitos de gênero podem ser vistos como potencializadores de reflexões e diálogos coletivos, essenciais para a construção de novas formas de pensamento. Apontam para o desafio da abordagem de gênero e sexualidade na Educação Infantil de forma mais aberta e dialógica, com vistas a uma educação para a cidadania da infância, a fim de promover uma atitude mais crítica em relação aos seus direitos.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educação Infantil, Famílias.

Introdução

Este trabalho aborda a importância da parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, fundamental para a desconstrução de estereótipos na educação compartilhada da criança, para o rompimento com as desigualdades e com o poder dominante, presentes em nossa sociedade sexista e hierarquizada. As possibilidades de discussão sobre as relações de gênero, junto às famílias, trarão subsídios para repensar as práticas educativas sobre as questões de gênero. O desafio está em compreender como as questões de gênero estão presentes nas relações entre instituição de Educação Infantil e as famílias, investigando como se dá a participação das famílias nestas discussões; além de analisar como os documentos oficiais favorecem a parceria instituição de Educação Infantil - família. Desse modo, este trabalho apresenta alguns dados de uma pesquisa de mestrado em andamento, que busca investigar como as questões de gênero estão presentes nas relações entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, enfatizando a importância do diálogo.

As desigualdades sociais, com relação às questões de gênero começam por se verificar desde idades precoces, no seio da família, sendo reforçadas pelo contexto sociocultural, refletindo-se nos percursos de vida e na instituição educacional (CARDONA, 2015). As instituições de Educação Infantil, assim, são importantes espaços de socialização das crianças, inclusive para a construção da identidade de gênero, podendo promover, junto às mesmas, uma atitude mais crítica em relação aos seus direitos e às suas ideias sobre gênero e cidadania.

Diante das contradições existentes sobre como as questões de gênero são vistas, as posturas impostas pela sociedade a partir da ideologia da família, imposição da sociedade sexista, patriarcal, sobre como meninas e meninos devem agir e ser, do que devem gostar ou não, naturalizando as formas de ser, a partir do biológico, se apresentam mais como determinações sociais, do que posturas das famílias, ao lhes serem impostos certos olhares sobre essas questões.

A discussão das relações de gênero na Educação Infantil pode representar a possibilidade de uma educação mais igualitária, que respeite a criança na construção de sua identidade. Considerando que a forma como meninos e meninas estão sendo educados/as pode

contribuir para se tornarem mais completos e/ou para limitar suas iniciativas e suas aspirações (FINCO, 2010). Cabe à Educação Infantil, garantir às crianças, através de práticas cotidianas, de discussões e reflexões, envolvendo equipes educacionais e famílias, que sejam meninas e meninos a partir de diversas possibilidades, estimulando a reflexão, o aprendizado e o desenvolvimento de comportamentos mais compatíveis com a diversidade e com a democracia.

Trazemos algumas questões relacionadas à análise dos documentos e os resultados de entrevistas semiestruturadas com docentes e famílias, procurando compreender suas motivações, atitudes, valores e crenças, a fim de que se possa pensar em outras posturas para a abordagem das questões de gênero, que não as da culpabilização e para além dos silêncios, com vistas à centralidade do olhar e das manifestações das crianças, com suas necessidades, anseios e desejos.

Metodologia

A pesquisa qualitativa, a qual trabalha com dados subjetivos, crenças, valores, opiniões, fenômenos, hábitos (LAKATOS e MARCONI, 1993), foi desenvolvida em uma Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI de São Paulo. Os dados coletados e analisados, nos apresentaram pistas sobre como a instituição de Educação Infantil busca abordar e encaminhar as questões de gênero junto às famílias a partir de suas expectativas, necessidades e anseios; tem como instrumentos metodológicos análise documental e entrevistas semiestruturadas, envolvendo profissionais docentes e familiares das crianças, a partir de roteiros elaborados previamente, sobre os desafios do trabalho educativo compartilhado, envolvendo a questão de gênero na infância, revelando como as crianças vivenciam os reflexos desses diálogos ou da falta deles. Neste processo foram entrevistadas 8 professoras e 5 pessoas membros de diferentes famílias.

Referencial teórico

Os referenciais teóricos deste trabalho se pautam nos Estudos da Pedagogia e da Sociologia da Infância, a partir de teóricas como Natalia Fernandes Soares (2005) que aponta para a construção de uma cidadania da infância e focam nas crianças como produtoras de culturas infantis; e nos Estudos de Gênero, a partir de teóricas como

Daniela Finco (2010), Constantina Xavier Filha (2015) e Maria João Cardona (2015), que problematizam como as desigualdades sociais em relação às questões de gênero começam desde idades precoces na família, refletindo-se em seus percursos de vida e nas instituições educacionais.

Tem também como referência o documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016), que busca fortalecer a parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, e permite, no processo de desenvolvimento da avaliação participativa, possibilidades para aprofundar o debate sobre as desigualdades de gênero, presentes no processo educativo. O documento apresenta uma concepção ampla de qualidade (BONDIOLI, 2004), que se traduz em suas 9 (nove) Dimensões, destacando que a qualidade é construída através de trocas de saberes e do confronto construtivo dos diferentes pontos de vista dos envolvidos no processo educativo, com vistas a examinar e transformar para melhorar a realidade.

As proposições do documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (SÃO PAULO, 2016) apresentam importantes elementos para refletir sobre como as questões de gênero estão presentes no diálogo entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, sobre o quanto as famílias estão inseridas e como se dá a sua participação nessas discussões, junto ao cotidiano da instituição de Educação Infantil. Entendemos que o diálogo entre a instituição de Educação Infantil, as famílias e as crianças pode ser um importante elemento para a desconstrução de estereótipos de gênero presentes na Educação Infantil, em creches e pré-escolas, contribuindo para o rompimento com as desigualdades existentes em nossa sociedade.

O fortalecimento do diálogo e da parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias, pode possibilitar a troca entre os diferentes olhares e saberes desses atores que compõem o cenário educacional, para que, a partir do entendimento e do reconhecimento mútuos, ambos ao ouvirem um ao outro, compreendam melhor as razões e os motivos que levam cada um a fazer determinadas escolhas (DAHLBERG, MOSS e PENCE, 2003).

Ao analisarmos o documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana percebemos sua importância para o debate, que dá ênfase à participação dos diversos segmentos na Autoavaliação Institucional Participativa. Afinal não há qualidade sem participação; a qualidade é reflexão sobre a prática, sobre contextos,

hábitos, usos, sobre as tradições de um programa educativo para examinar seus significados em relação aos propósitos e aos fins; a qualidade tem uma natureza contextual, processual e transformadora.

Quando os Indicadores apresentam em suas dimensões proposições de gênero para que se reflita sobre a qualidade, constituem uma solicitação para que se repense o existente à luz de princípios educativos que, uma vez aceitos, podem esboçar soluções novas e mais adequadas; trata-se de um compromisso compartilhado, por todos aqueles que são chamados a realizá-lo, pelos envolvidos neste e com este processo, numa responsabilidade compartilhada.

A construção de significados sobre o trabalho pedagógico e seu valor estão sempre sujeitos a diferentes interpretações, apresentando a qualidade como um conceito relativo, baseado em valores, uma vez que a criação de significado é uma questão de construir e aprofundar o entendimento do trabalho pedagógico em uma instituição infantil – tornando significativo o que está acontecendo (MOSS, 2008), envolvendo diferentes grupos, crianças, famílias e profissionais, com suas distintas concepções, oferecendo oportunidades para que possam compartilhar, discutir, entender valores e ideias, trocar olhares e experiências, o que, por vezes, gera divergências, indicando, portanto, um processo dinâmico e contínuo proveniente de diferentes realidades e modos de vida, aos quais pertencem os/as envolvidos/as neste processo, ou seja, proveniente do diálogo e da reflexão entre culturas, cujos olhares se cruzam.

Resultados e discussão

Os resultados parciais da pesquisa nos revelam como são vistas e tratadas as relações de gênero na Educação Infantil, na parceria entre instituição de Educação Infantil e famílias, como se entrecruzam, a partir de seus diferentes olhares e culturas, as culturas infantis, familiares e escolares (BARBOSA, 2007). Buscamos compreender como se estabelece o diálogo e apreender os modos pelos quais as/os profissionais docentes, as crianças e suas famílias construíram parceria para a abordagem das questões de gênero, no cotidiano da instituição de Educação Infantil, com seus consensos, conflitos e desafios advindos das diferentes relações de poder, sem deixar de considerar que: a promoção da igualdade de gênero um elemento fundamental na educação para a cidadania e na construção de uma verdadeira

democracia. Afinal, lidar com as diferenças sem transformá-las em desigualdades é um dos grandes desafios da atualidade. (CARDONA, 2015).

Os dados apontam para um emaranhado de posições, relações, estratégias, envolvendo diferentes concepções que permeiam as práticas educativas cotidianas, diante da diversidade das culturas e dos olhares das famílias, das crianças e das/dos profissionais docentes que se entrecruzam na construção das diferenças. Apontam que o diálogo entre a família e a instituição de Educação Infantil é essencial para a construção de novas formas de pensamento, que não as da culpabilização, rompendo com silêncios existentes.

A coexistência de diferentes sujeitos e construções culturais no interior da escola nos faz pensar sobre os processos de interação que se dão nesse contexto de relações sociais, para pensarmos sobre a diversidade de gênero na escola, a partir de uma perspectiva relacional, partindo das discussões não somente de gênero e sexualidade, mas também de cultura e interculturalidade, problematizando as essencializações identitárias (BORTOLINI, 2011).

A dificuldade de desenvolver as discussões que abordem as questões de gênero na Educação Infantil, evidenciam como as práticas educativas parentais interferem na construção da identidade de gênero na infância, e na relação família-escola. Assim, percebe-se que as situações conflitivas relacionadas às questões de gênero que adentram o cotidiano da escola, são perpassadas pelo receio de abordar tais questões. Gênero e sexualidade, se confundem e se colocam numa linha tênue entre o permitido e o proibido para cada sexo, para o feminino e para o masculino, dentro da heteronormatividade.

Se por um lado nos deparamos com a presença de um discurso conservador para “proteger” as crianças, reforçando as desigualdades etárias e de gênero, por outro, pudemos identificar outras formas de pensar a construção da identidade de gênero na Educação Infantil, onde crianças e adultos, professoras e familiares, constroem alternativas para a desconstrução dos preconceitos e discriminações de gênero na infância, mostrando abertura aos múltiplos posicionamentos, à outras maneiras de ser meninas e meninos, mulheres e homens. A educação para a(s) sexualidade(s), pode ser desenvolvida a partir do diálogo franco e aberto entre a instituição de Educação Infantil, crianças e suas famílias, compreendendo-se que os discursos são sempre construções culturais, que devem ser questionados, problematizados,

revistos e desconstruídos, rompendo-se com possibilidades únicas, a fim de que se busque aprender junto com as crianças e famílias (XAVIER FILHA, 2009).

Esses conflitos podem ser vistos como essenciais ao desenvolvimento e à aprendizagem, representando desafios que conferindo ao ser humano, novas formas de pensamento, de interação social e emoção, iriam direcionar-se tanto para a construção do sujeito, como para a construção do mundo exterior. Cardona (2015) nos coloca a importância de que junto às propostas pedagógicas que enfatizem as questões de gênero, situações surgidas do cotidiano também sejam trabalhadas em forma de questionamentos e reflexões com as crianças, pelas educadoras, na perspectiva de que a abordagem de gênero se faça a partir de uma educação para a cidadania.

Considerações finais

Estudar as relações de gênero na prática cotidiana da Educação Infantil, como se dá o diálogo e a parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias e como estas se inserem nessas discussões, contribuiu para que as crianças possam ser vistas como seres autônomos, críticos, criativos e potentes, dando ênfase à criança cidadã – sujeito de direitos e a novas maneiras de ver a instituição familiar, com valorização e respeito às diferenças e aos diferentes olhares que estas trazem.

A parceria entre a instituição de Educação Infantil e as famílias pode ser um importante elemento para problematizar as desigualdades de gênero, presentes no processo educativo, porém ainda silenciadas, a partir de reflexões e diálogos coletivos, essenciais para a construção de novas formas de pensamento, que não as da culpabilização, com vistas a uma educação para a cidadania da infância, a fim de promover uma atitude mais crítica em relação aos direitos de meninas e meninos (SOARES, 2005). Assumir o debate sobre tais desigualdades de gênero, significa problematizar seus reflexos na vida das crianças, de suas famílias e da escola.

Diante da multiplicidade de culturas, de olhares que se entrecruzam, é preciso que cuidemos das interações vivenciadas pelas crianças, entre elas e delas com os adultos, na Educação Infantil, para que estas se façam livres de preconceitos e discriminações. As relações entre as próprias crianças e entre as crianças e os adultos são

potencializadas, fazendo-se, diante disso, necessário que se pense de forma cuidadosa sobre as interações, vivenciadas pelas crianças, pois todos os dias diversas situações informam às crianças seus pertencimentos a partir de seus corpos, como raça, identidade, gênero. (COUTINHO, 2017). Talvez, o mais desafiador disso seja pensar como as crianças são acolhidas e como suas características são reafirmadas de modo positivo na construção de suas identidades, pois as relações de preconceitos e discriminações estão presentes nesse cotidiano.

Levar a criança à centralidade da ação educativa significa vê-la e ouvi-la a partir de todas as suas potencialidades, de todas as suas linguagens, pois se por um lado elas sofrem pressões para que sigam os padrões que lhes são impostos dentro da lógica heteronormativa, ora pela família, ora pela instituição de Educação Infantil, estabelecendo-se o que cabe às meninas e o que cabe aos meninos, por outro lado, as crianças inovam com formas de ser subversivas e originais, desorganizam a lógica binária institucional, resignificando suas vivências de gênero (FINCO, 2010).

Os conflitos de gênero permitem maior participação dos/as envolvidos/as no processo educacional e são potencializadores dos diálogos, permitindo trocas de saberes entre as diferentes culturas, favorecendo um olhar mais crítico em relação aos direitos das crianças. É preciso romper com as posturas hierarquizantes, no sentido de que famílias e instituição educacional componham, juntas, o currículo educacional, compartilhando experiências, e que os discursos das famílias sejam como diálogos entre pontos de vista (SARTI, 2008).

O momento em que vivemos pede que se fale de gênero, se aborde a questão de forma aprofundada, uma vez que as desigualdades e as violências de gênero se evidenciam de forma exacerbada. Somente com o posicionamento diante da discussão de gênero e de suas hierarquias, poderemos desnaturalizar as opressões que se perpetuam (BONFANTI e GOMES, 2018). Estamos sob a égide de uma sociedade estruturada em bases patriarcais, sexista e machista; romper com tais posturas e proposições, significa colocar-se em estado de alerta, significa abrir espaços coletivos e caminhos com provocações para falar sobre tais questões, tão silenciadas; significa permitir que diferentes olhares se façam presentes nessas discussões, incluindo o das crianças, meninas e meninos, para que possam ser elas mesmas, possam se expressar, possam se reinventar e ser felizes.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Culturas Escolares, Culturas de Infância e Culturas Familiares: as Socializações e a Escolarização no Entretecer Destas Culturas. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p.1059-1083, out/2007.

BONDIOLI, Anna. (Org.). *O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada*. Campinas: Autores Associados, 2004.

BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola? *Periódicus*, v. 1, n. 9, p. 105-121, mai-out, 2018.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. *Revista Espaço acadêmico*, Dossiê Homofobia, sexualidade e direito, n 123, Agosto 2011, p. 27-37.

CARDONA, Maria João. Trabalhar as questões de gênero numa perspectiva de educação para a cidadania no jardim-de-infância e na escola. *Aprender. Revista da Escola Superior de Educação*. Instituto Politécnico de Portalegre, número 36, outubro de 2015.

COUTINHO, Angela Maria Scalabrin. Os bebês no cotidiano da creche: ação social, corpo e experiência. *Em aberto*. Brasília. v.30, nº 100, p. 105-114, set/dez/2017.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. *Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FINCO, Daniela. *Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero*. Tese de Doutorado, São Paulo, SP: USP, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1993.

MOSS, Peter. Para além do problema com qualidade. In: Machado, M.L. (Org.). *Encontros e desencontros em Educação Infantil*. 3.ed. São Paulo: Cortez, p.17-25, 2008.

SÃO PAULO. *Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana*. São Paulo: SME/DOT, 2016.

SARTI, Cynthia. Famílias Enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas e VITALE, Maria A. F. *Família Redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez Editora, p.21-36, 4ª edição, 2008.

SOARES, Natália Fernandes. Os Direitos das Crianças nas Encruzilhadas da Proteção e da Participação. In *Revista Zero a Seis*, Florianópolis, v. 7, n. 12, 2005.

XAVIER FILHA, Constantina. Sexualidade e Identidade de Gênero na Infância. *Rev. Diversidade e Educação*, v.3, n.6, p. 14-21, jul./dez. 2015.